

Sem R\$ 1 tri, Guedes diz que desiste de capitalização

Por Fabio Graner, Talita Moreira, Alex Ribeiro e Isabel Versiani | De Brasília

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que sem economia de ao menos R\$ 1 trilhão na reforma da Previdência ele desistirá de tentar implantar o regime de capitalização, aquele no qual cada trabalhador tem uma conta individual para sua aposentadoria.

"A reforma da Previdência pede R\$ 1 trilhão. Precisamos disso para ter potência para fazer regime de capitalização", disse o ministro. "Se o Congresso colocar em R\$ 500 bilhões, não tem problema nenhum. Isso compromete as futuras gerações, pois não farei capitalização e manteremos o sistema atual".

Em tom de brincadeira, Guedes disse que, se a reforma ficar em menos de R\$ 1 trilhão, ele terá "que sair rápido [do cargo] porque o pessoal não se preocupa nem com os filhos". As afirmações foram feitas em pronunciamento na cerimônia de

transmissão de cargo de presidente do Banco Central, que passou a ser presidido pelo economista Roberto Campos Neto.

O ministro disse que a economia de R\$ 1 trilhão é fundamental para equacionar o conflito entre gerações, ou seja, o encargo a futuras gerações causado pelos benefícios criados no sistema atual.

"Digo ao meus interlocutores que não vão derrotar a equipe econômica, e sim seus filhos", referindo-se a discussões com políticos sobre o tamanho desejável da reforma da Previdência. "Quer colocar seus filhos para pularem sem paraquedas?, tenho perguntado".

Ele ressaltou que a classe política é que será responsável pela decisão. E que se decidirem mudar algum aspecto da reforma, o ideal é que haja compensação em outra área, garantindo a economia mínima esperada. "Quer dar um pouquinho mais para as moças? Tira dos militares. Quer dar mais para os militares? Tira do rural", comentou

Guedes, que disse estar percebendo grande apoio à reforma.

O ministro reiterou que pretende levar adiante a ideia de fazer uma desvinculação e desindexação total do orçamento. Dessa vez, ele incluiu nesse capítulo o termo "desobrigar", indicando a possibilidade de os governos federal e regionais terem prerrogativa inclusive de reduzirem alguns gastos. Para ele, a democracia brasileira já é madura o suficiente e não precisa de dinheiro "carimbado".

Ele admitiu a possibilidade de a ideia não ter respaldo suficiente no Congresso e de a proposta ficar parada ou ser retirada para não inviabilizar politicamente a reforma da Previdência, que é prioritária. "Se (a classe política) quiser manter o dinheiro carimbado, tudo bem. Se quiser ter liberdade, é só votar a favor", disse. "Não tenho dúvida que o caminho é descarimbar o dinheiro público."

Guedes afirmou ainda que gostaria que houvesse um "conselho fiscal da República", que fosse mais





importante que o Comitê de Política Monetária (Copom). Ele não explicou o que seria esse conselho, que hoje não existe, mas comentou que o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, seria um bom nome para presidi-lo. Fontes da área econômica apontam que a ideia é colocar de pé o comando da Lei de Responsabilidade Fiscal para criação do Conselho de Gestão Fiscal, embora este não tenha papel decisório.

Guedes indicou que políticos poderiam fazer parte desse conselho, votando e monitorando a execução do orçamento. Ele ainda reforçou a defesa de uma grande descentralização dos recursos públicos para Estados e Municípios. "O dinheiro precisa ir para os

Estados, onde o povo está", disse.

Para Guedes, fortalecer o papel da classe política na destinação dos recursos orçamentários é parte de uma reforma política. "Sabemos que a velha política morreu, mas não sabemos qual é a nova".

No discurso, o ministro afirmou que é possível fazer uma boa gestão de ativos e passivos para melhorar as contas públicas e reduzir o gasto com juros, a segunda maior despesa orçamentária depois da Previdência. "Há uma crença que não há o que fazer. É falso. Tem que trabalhar com o balance sheet (em inglês, balanço), fazer uma boa gestão de ativos e passivos", disse.

Segundo o ministro da Economia, o governo já levantou R\$ 1,250

trilhão em participações em empresas estatais que podem ser vendidas. Dessas, R\$ 750 bilhões são lideradas em bolsa.

Ele defendeu a simplificação tributária, com redução de alíquotas e horizontalização. Destacou a intenção de dar maior abertura à economia brasileira, mas disse que tem de ser feita de forma gradual. "Senão, as empresas brasileiras viram churrasquinho de chinês".

O ministro afirmou que quem vai dar o timing das medidas propostas para fazer o ajuste fiscal é a política. "Agora, se o político quiser ficar fritando um ano com um tema no sol, não é bom. Aí você dá outro tema para ele", disse.

Desvincular não resolve

RIBAMAR OLIVEIRA

Ainda não é conhecido o conteúdo da proposta de emenda constitucional (PEC) de desvinculação e desindexação do Orçamento que o ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende encaminhar ao Congresso. Ontem, durante a posse do novo presidente do Banco Central, Guedes acrescentou um novo objetivo para a PEC: "desobrigar" o gasto. Apenas pelas declarações do ministro até agora, não é possível saber o que ele pretende.

O problema atual do governo federal e de boa parte dos governos estaduais é que as despesas não cabem no teto de gastos. E desvincular receitas não resolve a questão. É necessário reduzir as despesas obrigatórias para produzir superávit primário nas contas. Neste sentido, a desindexação das despesas pode ajudar.

Especialistas em finanças públicas consideram muito difícil o governo cumprir o teto de gastos em 2020 ou nos anos seguintes, mesmo se a reforma da Previdência Social for aprovada. Em 2018, as despesas

obrigatórias da União absorveram 99% da receita líquida, de acordo com dados do Tesouro Nacional.

Se o ritmo de crescimento dos gastos obrigatórios não for reduzido, cada vez mais o governo terá que cortar despesas de custeio e investimento para cumprir o teto, colocando em risco o funcionamento da máquina administrativa e a oferta dos serviços públicos à população.

Por força da lei complementar 156, os Estados que renegociaram suas dívidas com a União também estão sujeitos ao teto de gastos. E 11 deles, pelo menos, não cumpriram o limite para as suas despesas primárias no ano passado, que não poderiam crescer acima da inflação. Essa era a condição para que eles tivessem direito ao prazo adicional de 240 meses para pagar a dívida e à redução das parcelas mensais de pagamento.

Não foi por causa das vinculações de receitas que as despesas da União e dos Estados aumentaram em ritmo mais acelerado do que o crescimento da economia

ao longo das últimas décadas. Isto ocorreu devido às leis aprovadas pelo Congresso e pelas Assembleias Legislativas, aumentando ou criando novos benefícios, e aos mecanismos de indexação dos gastos.

O salário mínimo, por exemplo, é o piso dos benefícios previdenciários e assistenciais. Quando ele aumenta acima da inflação, essas despesas também crescem. Se as receitas orçamentárias forem totalmente desvinculadas, como parece ser a intenção do atual governo, as despesas continuarão do mesmo tamanho e aumentando, por causa da indexação.

A Constituição de 1988 criou uma série de receitas vinculadas a despesas específicas, o que engessou o Orçamento. Muitas vezes, durante a execução orçamentária, sobravam recursos, mas o governo não podia utilizá-los para pagar despesas essenciais, pois, pela legislação, eles estavam destinados a um gasto determinado. Mesmo que a receita vinculada fosse maior que a despesa, o dinheiro sobrava, mas não podia





ser gasto em outra finalidade.

O problema é manter a despesa dentro do teto

A primeira desvinculação de receitas foi feita durante o governo Itamar Franco, antes do lançamento do Plano Real, que estabilizou a economia. Para garantir o sucesso do Real, foi criado o Fundo Social de Emergência (FSE), que desvinculou 20% de todas as receitas.

Naquela época, o orçamento da Seguridade Social era superavitário, ou seja, as receitas das contribuições sociais - que só podem ser utilizadas nas despesas com benefícios previdenciários, assistenciais e da área de saúde - eram superiores aos gastos. Ao desvincular 20% desses recursos, o governo pode usar o dinheiro da Seguridade para pagar outras despesas e, assim, equilibrar o Orçamento.

O cenário mudou e, agora, o orçamento da Seguridade é deficitário, ou seja, as receitas das contribuições não são suficientes para arcar com todas as despesas com

Previdência, assistência social e saúde, necessitando uma complementação de recursos do Orçamento Fiscal. Por isso mesmo, o próprio governo propôs, no texto da reforma da Previdência, o fim da desvinculação das receitas da Seguridade. Não precisa mais.

Há dois outros aspectos que devem ser considerados. O primeiro, é que as despesas da União com saúde e com educação não estão mais indexadas à receita. A emenda constitucional 95, que instituiu o teto de gastos, fixou pisos para as despesas com saúde pública e com educação, que serão reajustados, daqui para a frente, pela inflação. A PEC que Guedes vai encaminhar pretende acabar com a indexação dos dois pisos pela inflação? Será que "desobrigação do gasto" significa não ter piso ou despesa mínima?

É difícil entender que a nova PEC vai propor a desvinculação de receita e a desindexação, quando a PEC da reforma da Previdência manteve a vinculação das receitas da Seguridade e estabeleceu o salário mínimo como piso para os benefícios

previdenciários e assistenciais. É verdade que esta última tirou da Constituição a necessidade de manutenção do valor real dos benefícios previdenciários, deixando a questão para lei complementar.

O segundo aspecto é que, ao longo do tempo, o governo federal aprendeu a lidar com a vinculação de receita. Quando sobra esse tipo de recurso, ele é usado para compor o superávit primário e termina depositado na conta única do Tesouro.

Para os Estados, a desvinculação será mais importante porque a atual Desvinculação de Receitas Estaduais (DRE) exclui os recursos destinados à saúde, educação e previdência dos servidores. A desvinculação, se aprovada, deixará os governadores com mais recursos livres, à custa das áreas sociais.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E - m a i l :
ribamar.oliveira@valor.com.br





Elevação de despesas

Gastos obrigatórios do governo central (proporção da receita líquida*)



Fonte: Tesouro Nacional. * Despesas obrigatórias incluem as despesas com controle de fluxo obrigatórias

Decisão sobre PEC do Orçamento é de Maia e Alcolumbre

Paulo Guedes diz que caberá aos presidentes da Câmara e do Senado definir qual o melhor momento para apresentar a proposta

BRUNO GOES E EDUARDO
BRESCIANI

BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que caberá aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre, definir quando a proposta do governo para desvincular o Orçamento será apresentada ao Congresso. Ele deixou claro, no entanto, que considera o tema urgente, pois é uma ajuda importante para estados e municípios. E indicou que essa pode ser uma forma de acelerar o andamento da pauta econômica no Legislativo.

—Se o político quiser ficar fritando um ano com um tema no sol, não é bom. Aí você dá outro tema para ele — disse Guedes.

O ministro ganhou elogios de Maia. O presidente da Câmara disse que Guedes está surpreendendo na articulação política e aproveitou para alfinetar o chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni:

—O ministro Paulo Guedes está indo bem na articulação política, surpreendentemente. O ministro Onyx viajou três dias, e ele ocupou bem esse espaço. Não sei se é

definitivo ou se é apenas por um prazo de três dias.

Na semana em que o Congresso retomou suas atividades e em que começa a tramitar a reforma da Previdência, o ministro da Casa Civil foi à Antártica participar da inauguração das novas instalações da base brasileira no local. Maia também cobrou que o presidente Jair Bolsonaro tenha uma participação ativa na defesa do projeto que muda as aposentadorias no país.

—Acredito que ele (Bolsonaro) vai começar (a atuar), já começou e vai ampliar. (...) Sem a participação e a liderança de quem encaminhou a proposta, fica uma contradição sobre as prioridades do governo — afirmou Maia.

A oposição quer convocar Guedes a dar explicações sobre a reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O requerimento foi apresentado na noite de ontem pelo líder da oposição, Alessandro Molon (PSB-RJ), e pelo deputado Tadeu Alencar (PSB-PE). A comissão, que vai julgar a admissibilidade do texto, começou seus trabalhos ontem. O requerimento apresentado pelos deputados do PSB afirma que a proposta precisa ser debatida antes de a comissão analisar sua admissibilidade. Guedes só será obrigado a ir à CCJ se o requerimento viera ser aprovado pelo colegiado.

A ideia da equipe econômica é combinar a reforma da Previdência com uma outra Proposta de Emenda à Constituição (PEC) —batizada de PEC do pacto federativo — que acaba com as despesas vinculadas e desindexa totalmente o Orçamento. Essa medida ajuda não apenas a União, mas estados e municípios, que passarão a ter mais liberdade para gerir seus gastos.

"É PRECISO TER CUIDADO"

Apesar dos apelos de Guedes para que o Congresso avance nos dois temas simultaneamente, o presidente da Câmara mostrou cautela em relação a essa estratégia. No início da semana, Maia disse que a PEC do pacto federativo poderia tirar "a vontade de prefeitos e governadores em colaborar com a Previdência". Ontem, depois de almoçar com Guedes e líderes partidários, repetiu que "é preciso ter cuidado".

Já Alcolumbre discordou da análise de Maia. Também no início da semana, ele disse que a discussão sobre o fim das vinculações não atrapalharia a aprovação da reforma das aposentadorias:

—Atrapalhar, não. Vai ajudar. O pacto federativo é uma discussão que os estados fazem há muitos anos e, naturalmente, a distribuição de recursos que estão sob o domínio da União vai fortalecer essa interlocução dos estados e dos municípios com as suas bancadas, com o Congresso.

Guedes recua e põe desvinculação do Orçamento em compasso de espera

Ministro diz que Congresso define prioridade; secretário nega apresentação de projeto em abril

Após afirmar que enviaria “o mais rápido possível” ao Congresso proposta para desvincular o Orçamento, o ministro da Economia, Paulo Guedes, indicou nesta quarta-feira (13) que o projeto poderá ficar em compasso de espera caso haja risco à tramitação da reforma da Previdência.

A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que flexibiliza o Orçamento já recebeu diferentes tratamentos pelo ministro.

Em janeiro, ele disse que a medida seria um plano B em caso de não aprovação da Previdência. Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, publicada no domingo (10), mudou o entendimento e afirmou que o projeto deveria ser enviado logo ao Senado para tramitação simultânea à da Previdência.

Na manhã desta quarta, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, afirmou que a proposta não será enviada no curto prazo, indicando um recuo da equipe econômica e de interlocutores do presidente Jair Bolsonaro (PSL)

que articulavam a apresentação do texto já em abril.

“Essa é uma ideia que está dentro do gene do governo. Agora, isso não significa que vai ser apresentado projeto agora”, afirmou Marinho.

No fim da tarde desta quarta, em discurso durante a transmissão de cargo do presidente do Banco Central, Paulo Guedes defendeu a proposta, mas mudou o tom e disse que quem vai definir o andamento da medida é a classe política.

O ministro atribuiu à pressão dos próprios políticos, que buscam recursos para estados em crise, a decisão do governo de colocar na mesa o debate sobre o pacto federativo, que inclui mudanças nas regras orçamentárias.

A ideia, segundo ele, é dar maior poder de decisão ao Congresso e descentralizar o Orçamento, fazendo com que estados e municípios recebam uma fatia maior dos recursos.

“Quem vai fazer o timing dessas medidas é a classe política”, afirmou. “Se o político achar que é razoável ficar um ano fritando no sol com um tema desagradável, não é bom. Quem sabe você não dá um outro

tema para ele chamado pacto federativo?”

A intenção de Guedes de colocar duas propostas econômicas de tamanha relevância no Congresso desagradou aliados do governo, especialmente o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), um dos grandes fiadores da reforma da Previdência.

“Isso pode tirar a atenção para a PEC da Previdência”, afirmou Maia.

Alguns integrantes da equipe econômica também acham que o texto só deve chegar ao Congresso quando a reforma da Previdência já estiver aprovada. A apresentação da medida ainda vai depender de um entendimento entre governadores e o Ministério da Economia.

Guedes afirmou que, caso a classe política conclua que a tramitação simultânea vai atrapalhar as discussões da Previdência, o governo Bolsonaro vai aceitar.

“Ok, retira, guarda no bolso. Quando vocês quiserem, vocês usam, mas essa é uma agenda positiva”, disse.

Sobre o impacto da reforma da Previdência, o ministro afirmou que





a atual geração precisará ter coragem para bancar o custo de R\$ 1 trilhão causado pela medida proposta pelo governo.

“Mas e se o Congresso desidratar [a proposta] e vier só R\$ 500 bilhões? Problema nenhum. Vocês acabaram de condenar filhos e netos”, afirmou.

No caso de um impacto reduzido, o ministro afirmou que o governo não terá força fiscal para bancar a transição do atual regime para um sistema de capitalização, no qual cada trabalhador tem uma espécie de poupança para a própria aposentadoria.

“[Se desidratar] eu não lanço a capitalização e fica no sistema antigo. Quando estiver bem velhinho, pensa que seu filho vai ter o mesmo destino. Vai estar a bordo do avião brigando para ver quem fica com a comida. E o avião está caindo”, disse. Bernardo Caram, Mariana Carneiro, Júlio Wiziack, Thiago Resende e Daniel Carvalho

Ministro e Maia querem pressionar governadores da oposição

Aliados do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), querem pressionar os governadores da oposição para que apoiem a reforma da Previdência.

A estratégia traçada em reunião com Maia e o ministro, da Economia, Paulo Guedes, nesta quarta-feira (13), prevê uma advertência aos oposicionistas: ou ajudam na aprovação ou os deputados vão repassar para as Assembleias Legislativas as novas regras para aposentadoria de servidores estaduais.

Isso demandaria apoio político dos governadores da oposição, como os do PT, em seus estados.

A ideia é tirar da PEC (Proposta de Emenda à Constituição), por meio de uma emenda, a regra que impõe efeito imediato das mudanças também para os servidores públicos dos estados.

Um dos principais fiadores da reforma, Maia é a favor da articulação. Ele disse que o apoio de governadores de oposição é fundamental e citou a estratégia.

“Ninguém pode achar que o Congresso vai votar uma matéria dessa importância [...] que vai impactar os estados, sem o apoio, a ajuda dos partidos de esquerda, de centro-esquerda”, disse.

“Senão você vai acabar tendo uma queda de braço e os deputados vão acabar colocando algum artigo na PEC dizendo que para valer [a medida] para os estados vai precisar que seja respaldada pelas Assembleias Legislativas. Esse tema não é ideológico.”

A resistência relatada por deputados é, principalmente, de governadores do PT no Nordeste, como Fátima Bezerra, do Rio

Grande do Norte, e Wellington Dias, do Piauí.

Guedes e Maia almoçaram com líderes de partidos alinhados ao governo na residência oficial do presidente da Casa.

O ministro ouviu um panorama do apoio, defendeu a PEC e disse que, agora, o Congresso é responsável pela proposta.

“O ministro, primeiro, deixou claro que o convencimento que tem de ser feito é do parlamento. É o parlamento que diz se vai haver algum tipo de mudança, seja na idade mínima para mulheres ou no BPC [benefício assistencial pago para idosos], mas que o parlamento também tenha a consciência do custo disso”, relatou o líder do PPS, Daniel Coelho (PE). TR

Por Previdência, Guedes adia envio ao Senado de PEC que libera Orçamento

Risco. Estratégia da equipe econômica de apresentar proposta de desvinculação de gastos já em abril, para tramitar simultaneamente à Previdência, foi considerada arriscada por líderes do Congresso; receio era de que discussão prejudicasse a reforma, prioridade número um

BRASÍLIA

Para não atrapalhar a reforma da Previdência, o ministro da Economia, Paulo Guedes, acertou com as lideranças do Congresso adiar a apresentação da proposta de emenda constitucional que retira as "amarras" do Orçamento e ficou conhecida como PEC do pacto federativo. A ideia inicial do ministro, revelada em entrevista ao Estado publicada no domingo, era de que a proposta fosse apresentada em abril por um senador da base do governo e tramitasse simultaneamente à reforma da Previdência. A estratégia, porém, foi considerada arriscada para o momento em que a prioridade número um do governo é a Previdência.

Lideranças apontaram ao

ministro que havia risco de contaminação das duas PECs, com prejuízo para a reforma. Guedes, então, negociou com o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDBPE), que a PEC seja discutida por mais tempo para reunir sugestões de governadores, prefeitos e especialistas. O Senado deve criar um grupo para discutir a proposta. Segundo apurou o Estado, o ministro está determinado a levar adiante a PEC, inclusive com uma maior distribuição de recursos dos impostos e contribuições federais para Estados e municípios. Mas Guedes deixou claro aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que o "timing" é do Congresso.

Dificuldades. Maia e integrantes da equipe econômica alertaram Guedes que a PEC do Orçamento é mais difícil de ser aprovada até mesmo do que a reforma da Previdência e dependerá de um amplo debate no Congresso, principalmente porque envolve recursos das áreas de saúde, educação e segurança. Já o

presidente do Senado manifestou a interlocutores preocupação de que a Casa perca protagonismo enquanto a Câmara debate a reforma da Previdência. Em almoço ontem, Guedes afirmou a líderes partidários da Câmara que a análise do projeto de desvinculação, desindexação e descentralização do Orçamento será definida pelo Congresso.

A informação foi confirmada por líderes que participaram do almoço, realizado na residência oficial da Presidência da Câmara. "Se o pacto federativo for atrapalhar a Previdência, a proposta pode ser retirada. Mas estamos falando de uma agenda positiva", afirmou o ministro, em discurso de transmissão de cargo do novo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. O secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, disse que a PEC continua dentro do "gene do governo". /ADRIANA FERNANDES, IDIANA TOMAZELLI, MARIANA HAUBERT, CAMILA TURTELLI, EDUARDO RODRIGUES e FABRÍCIO DE CASTRO

Governadores têm resistência à PEC

Proposta da equipe econômica para liberar Orçamento teria efeito no médio e longo prazos; Estados, porém, querem pacote de ajuda instantânea

Renata Agostini
Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

O plano de patrocinar uma mudança na Constituição para acabar com as amarras do Orçamento encontra resistência entre governadores. Alguns indicam que a medida não ajudará a resolver o aperto nas contas e que não é o melhor momento para trazê-la ao debate. Outros se manifestam contra a ideia de modificar as atuais regras que garantem uma parcela mínima para gastos com saúde e educação. O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ao Estado, no último domingo, que a intenção do governo era uma tramitação simultânea da PEC do pacto federativo – como ele batizou a proposta que tira as amarras do Orçamento – e da reforma da Previdência. Para Guedes, a proposta teria apoio de governadores e dos prefeitos, o que aceleraria a tramitação no Senado.

Por outro lado, a Câmara se sentiria pressionada a agilizar a votação das mudanças nas regras previdenciárias. Os governadores, porém, querem um pacote de ajuda

instantânea, e a desvinculação do Orçamento só surtiria efeito no médio e longo prazos. O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), afirmou em entrevista ao Estado, que o debate sobre o pacto federativo é "muito bem-vindo", mas sinalizou receio de que o envio da proposta neste momento possa interferir nas negociações para a reforma da Previdência. "Ajudar não ajuda", disse. "O ideal é concentrar toda força e atenção política na reforma da Previdência e, na sequência, ter o compromisso da base para aprovação do pacto federativo".

Segundo Doria, descentralizar os recursos é uma medida moderna, que permite agilidade na destinação do dinheiro "a quem mais precisa, a população carente". O tucano demonstrou, contudo, reservas ao plano de desvinculação total apresentado por Guedes. Segundo ele, é preciso que haja regras, ou se inviabiliza uma boa ideia. "Não dá para fazer um pacto federativo e governadores gastarem como querem. Precisa haver regras que indiquem que saúde e educação devem fazer parte do pacto como prioridades", disse. Dívida. O governador do Rio, Wilson Witzel (PSC), afirmou que retirar as amarras do orçamento não resolverá a vida de quem está à frente dos Estados.

"Despesa vinculada não é exatamente o problema. O problema dos Estados é receita", afirmou o governador fluminense. Segundo ele, no curto prazo, o que importa a muitos Estados é resolver o problema do déficit nas folhas de pagamento e nas despesas correntes e a dívida que têm com União. Por isso, a prioridade do governo deveria ser repactuar a dívida dos Estados, aumentando o prazo de pagamento e cortando juros, e "acudi-los de forma emergencial", com o plano já anunciado de antecipar receitas àqueles que apresentaram medidas de ajuste. Já Renato Casagrande (PSB), governador do Espírito Santo, disse que não apoiará a ideia de desvinculação de recursos.

"Sou contra. Conquistamos avanços importantes em saúde e educação, por exemplo, e não podemos correr o risco de perder receitas em áreas essenciais. É um assunto que temos de tratar com muita cautela", disse. Casagrande é outro a acreditar que abrir o debate sobre regras do orçamento neste momento atrapalhará as negociações da Previdência. "Vai dificultar. Com toda certeza vai ter mais resistência", disse. Entre os governadores do Nordeste, que costumam ter forte influência sobre sua bancada no Congresso, há animosidade diante da proposta.





Flávio Dino (PCdoB), governador do Maranhão, classificou a medida anunciada por Guedes como a "PEC Pilatos": "O governo federal vai lavar as mãos". "Há uma despesa inelástica para Estados e municípios, que cuidam do grosso da rede de saúde e educação. Ela é difícil de ser reduzida", disse. "Mesmo do ponto de vista federativo é uma coisa errada. Sem falar que do ponto de vista social é um desastre." Wellington Dias (PT), governador do Piauí, reforçou que a desvinculação geral quebra a política de responsabilidade social. "Hoje o Brasil já tem a DRU que permite regular em diversas fontes da União", afirmou. A DRU ajuda o governo a

administrar suas contas ao determinar que 30% das receitas com impostos sejam aplicadas livremente.

Reunião. Os governadores do Nordeste se articulam para levar o tema a uma reunião que será realizada entre os nove Estados da região amanhã no Maranhão. A ideia é extrair uma posição formal e conjunta dos governadores sobre a PEC da desvinculação, que tende a ser contrária à proposta, segundo apurou o Estadão/Broadcast. Voz dissonante, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), disse que Guedes "acerta ao trazer o assunto à discussão" e que o tema "é uma pauta importante a ser tratada no Brasil".

"Os Estados e municípios acabam tendo pouca autoridade sobre o seu orçamento, uma vez que estão vinculadas pela constituição federal muitas despesas obrigatórias, o que associado aos crescentes gastos com o déficit da previdência tornam muito difícil para um governante, seja prefeito ou governador, revisar prioridades no seu orçamento e reorganizar os investimentos", avaliou Leite. Os governadores de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), e de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), foram procurados, mas não quiseram se manifestar. / COLABORARAM MARIANNA HOLANDA E MATEUS FAGUNDES

REPERCUSSÃO NOS ESTADOS



“ O ideal é concentrar toda força e atenção política na reforma da Previdência.”
João Doria
GOVERNADOR DE SÃO PAULO



“ Despesa vinculada não é exatamente o problema. O problema dos Estados é receita.”
Wilson Witzel
GOVERNADOR DO RIO DE JANEIRO



“ Sou contra (...). É um assunto que temos de tratar com muita cautela.”
Renato Casagrande
GOVERNADOR DO ESPÍRITO SANTO



“ Acerta (Paulo Guedes) ao trazer o assunto à discussão. É uma pauta importante a ser tratada.”
Eduardo Leite
GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO SUL



“ Pode ser fatal o envio da PEC da desvinculação com as mudanças na Previdência.”
Wellington Dias
GOVERNADOR DO PIAUÍ



“ A proposta vem na hora errada. Já tem pacote anticrime, tem a reforma da Previdência.”
Flávio Dino
GOVERNADOR DO MARANHÃO

Reforma não terá céu de brigadeiro, afirma líder de ruralistas

Presidente da FPA diz que não dá para garantir que todos os mais de 270 filiados votarão a favor da Previdência

Idiana Tomazelli

Adriana Fernandes/BRASÍLIA

No comando de uma das maiores forças políticas dentro do Congresso Nacional, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Alceu Moreira (MDB-RS), afirma que não dá para garantir que todos os mais de 270 filiados votarão a favor da reforma da Previdência. Ele buscou minimizar as críticas já feitas por lideranças parlamentares à articulação do governo, mas avisou que até agora houve apenas um "treino" e que a "hora da verdade" chega com o início da tramitação da proposta.

"Nós não teremos céu de brigadeiro na relação da reforma da Previdência, a gente sabe disso. Porque, na verdade, tem um contencioso de relação de natureza política e as pessoas vão tirar proveito desse debate", diz Moreira em entrevista ao Estadão/Broadcast. Ele também dá um recado ao ministro da Economia, Paulo Guedes, com quem a bancada ruralista entrou em choque no início do ano, após a equipe econômica querer acabar

com a proteção tarifária aos produtores de leite no Brasil.

"Vamos certamente aprender a trabalhar juntos, o Parlamento e Paulo Guedes. Mas de onde ele veio? Ele nunca trabalhou com relação pública, tem formação completamente distinta. É absolutamente qualificado, mas fazer essa condução do uso do capital com responsabilidade social não é uma coisa dele. Ele é uma pessoa de ciências exatas, veio de lá e faz a conta. Agora tem um meio político, ele vai aprender com isso com certeza. A dor ensina a gemer", afirma Moreira. Relação política.

O presidente da FPA avalia que o governo tem um conjunto de pessoas "que não é afeito à relação política", mas evita tecer críticas porque, segundo ele, até agora não houve necessidade de pôr à prova a articulação do governo. "Vai ter agora, para a reforma da Previdência. Vamos ver como o governo age por meio de seus líderes, vice-líderes, ministros. Aí é a hora da verdade, por enquanto é treino", diz. Moreira tomou posse como presidente da FPA no dia 19 de fevereiro, véspera da apresentação da proposta. Ele sucedeu no cargo Tereza Cristina, atual ministra da Agricultura.

Durante a tramitação da reforma da Previdência do ex-presidente Michel Temer, a frente foi um dos principais atores na discussão, mas nunca fechou questão ou comunicou posição oficial sobre a proposta - postura que deve ser repetida agora com a reforma do presidente Jair Bolsonaro. "A Frente Parlamentar da Agropecuária não tem a pretensão de ter unidade com relação a isso, nem sequer de fazer qualquer tipo de tutela", afirma ele, que não arrisca um número de votos com os quais o governo poderia dar como certos a favor da reforma. A posição coloca um obstáculo ao governo, caso a intenção seja manter a ideia de negociação de votações com frentes temáticas em vez de partidos específicos.

"Eu não sei até que ponto isso funciona (negociação com frentes). Acho que o presidente, quando quis tratar com as frentes, queria muito mais tratar da composição de governo", diz Moreira. Ele defende que os congressistas possam indicar pessoas para ocupar cargos do governo nos Estados, desde que tenham currículo adequado para o posto. Recentemente, Bolsonaro sinalizou a Maia que aceitaria as indicações em prol da articulação pela reforma, desde que os candidatos tenham boa reputação.

Defesa encaminha à Economia proposta da previdência de militares

Tânia Monteiro / BRASÍLIA

O Ministério da Defesa encaminhou ontem ao Ministério da Economia a reforma da Previdência dos militares, com modificações em cinco leis. O Estado apurou que a proposta inclui a reestruturação de toda a carreira das Forças Armadas, incluindo aumento de salário para a categoria, ponto em que há divergências entre a equipe econômica e o núcleo militar. Os deputados condicionam a tramitação da reforma da Previdência dos trabalhadores da iniciativa privada e dos servidores públicos ao envio do projeto dos militares.

O texto entregue pela Defesa prevê mudanças no Estatuto dos Militares, na lei de promoções, na lei do serviço militar e na lei de pensões, assim como na Medida Provisória de 2001, que mudou a Lei de Remuneração dos Militares, ainda em vigor. Como antecipado pelo Estado, a proposta da Defesa para o endurecimento das regras

de Previdência prevê a ampliação do tempo mínimo de permanência na carreira de 30 para 35 anos. Para isso, é proposta a criação de um novo posto, de sargento-mor, com adicionais de salários que variam conforme os postos e graduações, como forma de recompensar, segundo o ministério, a exigência, a responsabilidade e o tempo que o militar fica disponível, além de ajustar os valores dos cursos de capacitação dos militares.

Pela proposta, a contribuição previdenciária sobe dos atuais 7,5% para 10,5% e passa a ser cobrada de todos, incluindo alunos de escolas militares, recrutas e pensionistas. O desconto referente a assistência médica e pensões passa para 14%. O ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, esteve ontem com o presidente Jair Bolsonaro, no Palácio do Planalto, para falar sobre a proposta. Ele não quis comentar o teor da proposta, mas ressaltou que as mudanças foram pensadas em conjunto com o

Ministério da Economia, que ainda poderá fazer modificações, assim como a Casa Civil.

Prazo. O ministro confirmou que o texto final será enviado ao Congresso no dia 20 de março, como prometido pela equipe econômica. O general destacou ainda que a reestruturação da carreira militar que está sendo proposta é estudada desde 2015 pelas Forças Armadas e já foi apresentada aos governos anteriores em 2016, 2017 e 2018. Para acompanhar os acertos finais do texto, o general Fernando cancelou sua viagem aos Estados Unidos, neste domingo, quando integraria a comitiva do presidencial.

A reestruturação da carreira militar, que implicará em algum aumento de salários para os militares das Forças Armadas e gratificações para quem tem especializações, é alvo de queixas dos parlamentares e da equipe econômica.

Previdência começa a andar no Congresso

Eleito para comandar a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o deputado Felipe Francischini (PR) afirmou que a reforma da Previdência, principal proposta que passará pelo colegiado, é "o que vai salvar o País a longo prazo". Segundo ele, a proposta poderá ser votada pela comissão até o fim deste mês.

Francischini afirmou que pretende tentar conversar individualmente com os integrantes do colegiado até a próxima quarta-feira (20) sobre o cronograma de tramitação. O prazo de cinco sessões para a votação da admissibilidade da reforma na CCJ começa a contar a partir de hoje.

Os deputados, porém, defendem que cronograma só seja definido após a chegada da proposta dos militares, prevista para chegar ao Congresso no dia 2o. / I.T., MARIANA HAUBERT E CAMILA TURTELLI